ISSN: 2358-8829

AUTOAVALIAÇÃO NOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DO IFMT: DIÁLOGOS COM A AVALIAÇÃO CAPES

Taciana Mirna Sambrano[1]
Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro[2]
Liana Deise Silva Pereira[3]

INTRODUÇÃO

A avaliação da pós-graduação stricto sensu constitui uma dimensão relevante da organização acadêmica e da gestão dos programas, ao mobilizar reflexões sobre a formação, a produção de conhecimento e sua contribuição social. Nesse contexto, os critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) integram o conjunto de referências consideradas pelos programas na definição de prioridades e no acompanhamento de suas atividades. A relação com a avaliação externa, entretanto, suscita uma questão que ultrapassa a adequação documental: como transformar os processos avaliativos em oportunidades de reflexão coletiva e de qualificação das práticas acadêmicas?

Essa questão aproxima a avaliação do planejamento estratégico e da autoavaliação. Neste estudo, o planejamento estratégico é compreendido como processo contínuo de reflexão e decisão institucional, mediante o qual se analisam condições existentes, definem-se prioridades e orientam-se ações. O plano estratégico corresponde à materialização documental desse processo, consolidando objetivos, metas, ações e indicadores. Embora relacionados, os termos não são equivalentes: a elaboração do plano constitui um momento do planejamento, cuja continuidade depende do acompanhamento das ações, da análise de seus resultados e da revisão das decisões.

A autoavaliação pode contribuir para essa continuidade ao produzir conhecimentos sobre a trajetória do programa, suas condições de funcionamento, suas práticas formativas e suas relações com a sociedade. Sua contribuição, contudo, depende da maneira como é concebida e incorporada à gestão acadêmica. A aplicação de instrumentos de coleta de dados, isoladamente, não assegura um processo avaliativo capaz de orientar mudanças. Para isso, é

[1] Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: taciana.sambrano@ufmt.br
[2] Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. E-mail: suammy.cordeiro@ifmt.edu.br
[3] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: liana.silva@ifmt.edu.br

ISSN: 2358-8829

necessário que as informações produzidas sejam analisadas, discutidas com a comunidade acadêmica e consideradas na definição e na revisão das ações institucionais.

A presença da autoavaliação em um plano estratégico admite diferentes configurações. Ela pode aparecer como menção destinada ao atendimento de uma exigência formal, como procedimento pontual de levantamento de informações ou como processo contínuo de reflexão e melhoria. Distinguir essas possibilidades exige examinar como a autoavaliação se relaciona com os objetivos, as metas, as ações e os indicadores registrados no documento, bem como identificar as condições previstas para sua realização e para a utilização de seus resultados.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), essa discussão envolve programas vinculados a diferentes áreas de avaliação, com características acadêmicas e profissionais próprias. Tal diversidade demanda uma análise que respeite as particularidades de cada programa e de sua respectiva Ficha de Avaliação de Área da CAPES. Ao mesmo tempo, permite investigar questões institucionais compartilhadas, especialmente a articulação entre diagnóstico, participação, acompanhamento e tomada de decisão na gestão da pós-graduação.

A relevância da pesquisa decorre da possibilidade de compreender como os planos estratégicos expressam essa articulação. Como documentos institucionais, os planos registram prioridades e compromissos que podem orientar o acompanhamento dos programas pela comunidade acadêmica e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPES). Sua análise permite examinar as condições formalmente previstas para que a autoavaliação subsidie o planejamento, sem pressupor que tudo o que foi registrado tenha sido executado ou que aquilo que não foi documentado esteja necessariamente ausente das práticas dos programas.

Diante dessas considerações, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão: como a autoavaliação é contemplada nos planos estratégicos dos programas de pós-graduação do IFMT e de que maneira se articula com os critérios presentes nas respectivas Fichas de Avaliação de Área da CAPES? O objetivo geral consiste em analisar essa presença e articulação, considerando o potencial da autoavaliação para subsidiar a gestão acadêmica, o acompanhamento das ações formativas e a qualificação dos programas.

Especificamente, busca-se identificar como a autoavaliação aparece nos objetivos, nas metas, nas ações e nos indicadores dos planos; examinar os procedimentos previstos para sua realização e continuidade; e compreender como seus resultados são relacionados à tomada de decisão e à revisão do planejamento. A investigação apresenta abordagem qualitativa, de natureza documental e descritivo-analítica, tendo como fontes os planos e as fichas

ISSN: 2358-8829

sistematizados na matriz documental institucional, que constitui a base de análise deste artigo (IFMT, 2026).

A leitura da matriz indica que a autoavaliação está contemplada nos seis programas examinados, com diferentes níveis de detalhamento de procedimentos, metas e mecanismos de utilização dos resultados. A discussão concentra-se na passagem entre a previsão documental da avaliação e as condições explicitadas para seu funcionamento contínuo. Os achados permitem discutir o potencial formativo da autoavaliação e as lacunas de sua operacionalização, sem confundir o conteúdo dos planos com as recomendações produzidas na análise institucional.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de natureza documental e descritivo-analítica. Seu objeto é a forma como a autoavaliação é contemplada nos planos estratégicos dos programas de pós-graduação do IFMT, considerando sua articulação com as respectivas Fichas de Avaliação de Área da CAPES. A análise se fundamenta nos planos estratégicos elaborados pelos seis programas de pós-graduação do IFMT e nas respectivas Fichas de Avaliação de Área da CAPES, referentes ao ciclo avaliativo 2025-2028. As fichas consultadas referem-se aos programas examinados, quais sejam: Fichas de Avaliação da CAPES das áreas de Química, Ciência de Alimentos, Interdisciplinar, Ensino (que contempla o Mestrado em Ensino e o ProfEPT) e Biotecnologia (CAPES, 2025).

A matriz institucional, intitulada neste estudo como “Análise do planejamento estratégico” (IFMT, 2026) e doravante denominada “matriz”, foi utilizada como instrumento de organização e cotejamento dos registros documentais dos programas. A matriz compreende seis abas, identificadas como Química Profissional, Alimentos Acadêmico, PROFNIT, Ensino, ProfEPT e Bionorte. Essas denominações são mantidas na exposição dos resultados para permitir a correspondência com os documentos analisados. O recorte contempla os seis programas ofertados pelo IFMT, sem estabelecer hierarquia entre eles ou pressupor equivalência entre as exigências das diferentes áreas e modalidades.

Cada aba organiza o cotejamento em sete campos: quesitos da CAPES (1. Programa; 2. Formação e produção intelectual; 3. Impacto local, regional, nacional, internacional); item analisado igualmente conforme a CAPES apresenta; ficha de avaliação da CAPES (com descrição do item); plano estratégico (conforme apresentado pelo programa); situação (de acordo ao solicitado; se atende parcialmente; se necessita ajuste); considerações sobre o plano

(aborda uma análise sobre o que atende ou não atende o exigido pela CAPES); e sugestão para saneamento. Essa organização reúne os critérios avaliativos, os registros dos planos, a apreciação analítica e os encaminhamentos propostos.

Neste artigo, a matriz é utilizada como instrumento de sistematização e consulta comparativa; os planos estratégicos e as respectivas fichas de avaliação constituem o material efetivamente analisado. As sínteses nela reunidas não são tomadas como transcrições integrais dos documentos, mas como apoio à organização da análise documental.

A análise da matriz distingue três níveis de informação. O primeiro corresponde ao conteúdo dos planos, registrado na coluna específica. O segundo compreende as apreciações das colunas de situação e considerações. O terceiro reúne as sugestões de aperfeiçoamento, tratadas como recomendações, sem serem convertidas em ações já previstas ou executadas pelos programas. As classificações de conformidade presentes na matriz são utilizadas como elementos de apoio à análise institucional, sem substituir a leitura dos documentos de origem.

O procedimento analítico compreendeu a identificação dos registros de autoavaliação nos planos, o cotejamento com os critérios das respectivas fichas de avaliação e a interpretação de suas relações com o planejamento. A matriz subsidiou a organização comparativa dos dados. Foram priorizados os itens 1.2 e 1.3, conforme a numeração da CAPES em suas Fichas de avaliação e que dizem respeito, respectivamente, à “Autoavaliação” e ao “Planejamento estratégico e PDI” e seus desdobramentos, conforme a organização de cada programa. Outros registros foram considerados quando contribuíram para compreender responsabilidades, indicadores e utilização de informações na gestão acadêmica.

Os achados foram organizados em três categorias: presença da autoavaliação nos objetivos, metas, ações e indicadores; operacionalização e continuidade; e utilização dos resultados na decisão e na revisão do planejamento. Em cada categoria, observaram-se participação, instrumentos, periodicidade, responsabilidades, devolutivas, metas, indicadores e articulação declarada com o PDI. A leitura procurou identificar a autoavaliação como previsão formal, procedimento pontual ou processo contínuo, sem atribuir uma classificação definitiva a cada programa.

A análise possui limites associados ao recorte documental e às versões dos planos e das fichas consideradas. A matriz, utilizada como apoio à sistematização, apresenta sínteses e interpretações, e nem todas as informações sobre objetivos e indicadores estão individualizadas em campos próprios. A falta de detalhamento é, portanto, tratada como limitação do registro documental, sem comprovar ausência da prática. Também não são verificados a execução das

ISSN: 2358-8829

ações, seus efeitos ou a integralidade das práticas dos programas. Os resultados referem-se às possibilidades de interpretação sustentadas pelo corpus documental examinado.

REFERENCIAL TEÓRICO

No presente estudo, o planejamento estratégico é compreendido como processo contínuo de análise, deliberação, acompanhamento e revisão, enquanto o plano estratégico corresponde ao documento formal que registra as decisões, os objetivos, as ações, os responsáveis, os prazos e os indicadores dele decorrentes (Magalhães; Souza, 2019).

A relação entre planejamento estratégico e autoavaliação envolve compreender como os programas de pós-graduação produzem conhecimento sobre sua realidade e utilizam esse conhecimento para orientar decisões. A distinção entre o processo de planejamento e seu registro no plano permite examinar a organização formal sem pressupor que a elaboração do documento, isoladamente, assegure o acompanhamento e a revisão das práticas acadêmicas.

A autoavaliação pode favorecer a análise das condições de funcionamento, das experiências formativas e dos resultados dos programas. Leite et al. (2020) defendem processos autoavaliativos autônomos, formativos e participativos, destacando seu potencial para promover corresponsabilidade e engajamento. Nessa perspectiva, a autoavaliação constitui uma oportunidade de aprendizagem institucional, cuja contribuição depende do envolvimento dos sujeitos na compreensão das questões que afetam o programa.

O documento do Grupo de Trabalho sobre Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação da CAPES apresenta uma proposta organizada em preparação, implementação, divulgação, uso dos resultados e meta-avaliação. Também destaca a vinculação ao planejamento institucional e o diálogo com a avaliação externa (CAPES, 2019). Essa orientação oferece uma referência para investigar se os planos contemplam um percurso avaliativo articulado ou apenas atividades isoladas de levantamento de informações.

A participação precisa ser considerada ao longo desse percurso. A previsão de consultas a docentes, discentes, técnicos e egressos amplia as experiências potencialmente consideradas na análise do programa. Entretanto, ela não se esgota no fornecimento de respostas a instrumentos de coleta. A perspectiva formativa discutida por Leite et al. (2020) permite examinar os espaços destinados à interpretação das informações e à construção dos encaminhamentos. Interessa compreender quem participa, em quais momentos e com quais possibilidades de contribuição.

ISSN: 2358-8829

A relação entre avaliação e decisão encontra uma contribuição na experiência analisada por Rossit et al. (2024), desenvolvida em um mestrado profissional da Universidade Federal de São Paulo. As autoras descrevem a construção participativa de um plano de autoavaliação e sua vinculação à implementação de ações prioritárias. O estudo permite discutir como a autoavaliação pode subsidiar intervenções, aproximando a reflexão sobre o programa da definição de medidas para seu aperfeiçoamento.

Na análise dos planos do IFMT, essa contribuição direciona a atenção à conexão entre diagnóstico e encaminhamento. A previsão de um questionário descreve uma atividade, mas não esclarece necessariamente quais questões orientam a coleta, como as respostas serão analisadas ou quais decisões poderão decorrer delas. A articulação com o planejamento torna-se mais explícita quando o documento relaciona as informações produzidas à definição de prioridades, à revisão de ações e ao acompanhamento das medidas adotadas.

Nesse processo, objetivos, metas, ações e indicadores possuem funções relacionadas, mas distintas. Os objetivos expressam as mudanças pretendidas; as metas delimitam resultados ou entregas; as ações indicam os caminhos para alcançá-los; e os indicadores oferecem referências para acompanhar o percurso. A análise da autoavaliação considera a coerência entre esses elementos, observando se os planos permitem compreender como uma questão identificada poderá ser transformada em decisão e posteriormente acompanhada.

Essa articulação envolve tensões. Ao analisarem planos estratégicos de programas da área de Educação, Tauchen et al. (2025) problematizam o risco de que a autoavaliação reproduza exigências externas de desempenho, embora seja apresentada como processo coletivo e reflexivo. Sua contribuição permite questionar se os procedimentos avaliativos são destinados à demonstração de adequação externa ou também à compreensão das necessidades e à orientação das decisões do programa.

A correspondência entre um plano e os critérios da CAPES não demonstra, por si só, uma cultura avaliativa participativa. Em diálogo com Tauchen et al. (2025), considera-se necessário examinar como as referências externas são relacionadas à identidade do programa, às suas condições institucionais e aos seus compromissos formativos e sociais. A análise busca compreender a função da autoavaliação no planejamento, ultrapassando a identificação de menções ao termo.

As pesquisas mobilizadas oferecem perspectivas complementares. Leite et al. (2020) fundamentam a dimensão formativa e participativa; Rossit et al. (2024) contribuem para discutir a relação com o planejamento e a intervenção; e Tauchen et al. (2025) introduzem uma leitura crítica das tensões entre autonomia e regulação. Com base nessas contribuições, os planos são

examinados quanto à presença da autoavaliação, às condições previstas para sua continuidade e à utilização de seus resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura integrada dos planos estratégicos e das respectivas fichas, organizada pela matriz institucional, evidencia o reconhecimento da autoavaliação nos programas examinados. Entretanto, esse reconhecimento assume formas distintas: previsão de participação e acompanhamento de metas; atualização de instrumentos; organização de ciclos anuais; vinculação a decisões locais; e orientações para descrever políticas e diagnósticos. A questão central não é apenas a presença do termo, mas a explicitação das relações entre os procedimentos avaliativos e o planejamento, conforme os registros apresentados na matriz de sistematização (IFMT, 2026).

Essa diversidade reforça que o cotejamento não produz um ranking entre os programas. As fichas analisadas possuem critérios próprios, vinculados às especificidades de áreas acadêmicas, profissionais e em rede; por isso, as classificações registradas na matriz são interpretadas como apoio à leitura de cada documento, e não como medida uniforme de desempenho.

Na primeira categoria, relativa à presença da autoavaliação nos objetivos, metas, ações e indicadores, a matriz permite identificar ações e intenções, mas nem sempre apresenta esses componentes de maneira separada. Por essa razão, não se presume que uma atividade prevista constitua objetivo, meta e indicador simultaneamente. Essa distinção é importante para avaliar o que o registro permite acompanhar e quais aspectos permanecem pouco definidos (IFMT, 2026).

No Mestrado Profissional em Química Tecnológica e Ambiental, o item 1.2 reúne ações de autoavaliação, participação de docentes, discentes, técnicos, parceiros externos e egressos e referência a metas quantitativas. No item 1.2.4, o conteúdo atribuído ao plano prevê definir um quadro de metas quantitativas até junho de 2026, em correspondência com o critério de avaliar o atendimento das metas ao final do quadriênio. Trata-se de uma previsão datada, sem comprovação de execução na matriz. A criação de painel com linha de base, metas anuais e meta final aparece como sugestão da análise e não como estrutura já implantada.

Ainda no mesmo programa, o item 1.2.5 relaciona a revisão de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento docente à autoavaliação. A apreciação institucional observa que os indicadores a serem utilizados nessa revisão não estão explicitados. Esse registro

ISSN: 2358-8829

permite reconhecer uma possibilidade de utilização dos resultados em decisões acadêmicas, acompanhada de uma lacuna na descrição dos critérios. No item 1.3, a matriz registra o atendimento aos subitens de planejamento e PDI, mas recomenda explicitar sua vinculação por meio de objetivos, ações, indicadores e evidências.

No Mestrado Acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos, o item 1.2 registra a atualização do formulário e a demonstração de ações para sanar problemas da última autoavaliação. Há, portanto, referência a um diagnóstico anterior e à necessidade de resposta, o que impede reduzir essa previsão a simples aplicação de questionários. Contudo, a análise aponta ausência de detalhamento de procedimentos, periodicidade, participantes e uso dos resultados por dimensão. No item 1.3, a matriz informa que o campo de planejamento estratégico está sem ações, indicadores, responsáveis ou prazos. A lacuna diz respeito ao preenchimento examinado, sem demonstrar inexistência de planejamento na prática.

No PROFNIT, o item 1.2 descreve a autoavaliação como processo contínuo, com coleta, análise, devolução e plano de melhoria. O item 1.2.2 acrescenta a previsão de ciclo anual e análise dos dados, enquanto o item 1.2.3 registra a transformação dos resultados em plano anual de melhoria. Esses elementos explicitam uma sequência entre avaliação e encaminhamento. A matriz, porém, recomenda separar objetivos, metas, metodologia, resultados esperados e indicadores, além de formalizar a composição da comissão. Sua observação geral informa que há docentes responsáveis em todos os itens, mas não há coluna própria para indicador, evidência e situação de execução.

No Mestrado em Ensino, o item 1.2.1 reúne comissão, política, calendário e articulação com planejamento estratégico e PDI. No item 1.2.2, o conteúdo atribuído ao plano reconhece fragilidades e prevê utilizar resultados para orientar melhorias. A análise recomenda acrescentar a indicação do resultado autoavaliativo que fundamenta cada ação. Essa recomendação explicita uma necessidade de rastreabilidade entre diagnóstico e encaminhamento, sem constituir evidência de que tal relação já esteja documentada. No item 1.3.1, registram-se ações para 2025-2028, acompanhadas da recomendação de explicitar a relação com objetivos institucionais.

No ProfEPT, o item 1.2.1 informa um processo de autoavaliação implantado e coordenado pelo NAPE (Núcleo de Autoavaliação e Planejamento Estratégico) nacional, com aplicação local. O item 1.2.2 prevê utilizar dados do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT para subsidiar decisões da CAL (Comissão Acadêmica Local) e da coordenação. Esses registros acrescentam a relação entre organização nacional e decisão local. A matriz sugere detalhar o fluxo anual e vincular fragilidades diagnosticadas, ações corretivas e evidências. Não se infere

ISSN: 2358-8829

que a existência de um sistema nacional assegure, por si só, o acompanhamento dos encaminhamentos locais.

Na Bionorte, o item 1.2.1 apresenta orientações para descrever a política de autoavaliação, avaliadores externos, fragilidades e metas. A apreciação considera esse item relativamente desenvolvido, mas identifica necessidade de evidências. O item 1.3.2, por sua vez, registra explicações sobre metas de curto, médio e longo prazo, sem apresentar as próprias metas; no item 1.3.3, registra orientações sobre o que descrever, sem ações e procedimentos definidos. A diferença entre orientação de preenchimento e compromisso operacional constitui um achado relevante desse caso.

Na segunda categoria, referente à operacionalização e à continuidade, as diferenças entre os registros impedem generalizações sobre ausência de periodicidade ou de responsáveis. O PROFNIT prevê ciclo anual e apresenta responsáveis; Ensino registra calendário; ProfEPT informa uma estrutura nacional com aplicação local. Em Química Tecnológica e Ambiental e Ciência e Tecnologia de Alimentos, a matriz aponta necessidade de detalhar periodicidade e procedimentos. No Bionorte, parte das ações permanece formulada como orientação descritiva ou mensuração de dados do portal, sem explicitar suficientemente o percurso avaliativo (IFMT, 2026).

Essas diferenças indicam que continuidade declarada e continuidade documentada não são equivalentes. A previsão de um ciclo anual é uma condição favorável ao acompanhamento, mas sua análise demanda considerar como os resultados serão discutidos e retomados no ciclo seguinte. A perspectiva participativa de Leite et al. (2020) permite compreender que a presença de segmentos em consultas precisa ser relacionada à possibilidade de colaboração na leitura dos problemas e nas decisões sobre a formação.

As lacunas de indicadores também precisam ser contextualizadas. Em Ciência e Tecnologia de Alimentos, a matriz identifica expressões genéricas, como quantitativo e qualitativo, em observações transversais; no PROFNIT, aponta ausência de colunas específicas para indicador e evidência. No Bionorte, registra repetição da orientação de mensurar dados do portal. Tais observações sugerem limites à verificabilidade das ações, mas não autorizam atribuir a todos os programas a mesma deficiência. Para a autoavaliação, importa compreender quais informações permitem analisar uma questão e acompanhar a resposta institucional, evitando equiparar qualidade à simples multiplicação de medidas.

Na terceira categoria, relativa à utilização dos resultados, destacam-se a referência a problemas da avaliação anterior em Ciência e Tecnologia de Alimentos, o plano anual de melhoria no PROFNIT, a orientação de melhorias em Ensino e o subsídio às decisões locais no

ISSN: 2358-8829

ProfEPT. Em Química Tecnológica e Ambiental, a revisão de critérios docentes e o acompanhamento de metas aproximam avaliação e gestão. No programa Bionorte, as orientações sobre diagnóstico e metas não permitem demonstrar, na mesma medida, a definição de encaminhamentos concretos. O conjunto expressa possibilidades distintas de articulação, sem comprovar seus efeitos.

A experiência discutida por Rossit et al. (2024) contribui para interpretar essa passagem ao relacionar construção participativa e implementação de ações prioritárias. Em diálogo com as autoras, a matriz do IFMT (2026) permite perguntar se cada diagnóstico encontra um encaminhamento definido, com responsáveis e acompanhamento. A pesquisa não exige que todas as ações do plano derivem exclusivamente da autoavaliação, pois o planejamento também responde a compromissos institucionais e demandas externas; examina, especificamente, se a contribuição da avaliação interna se torna identificável.

A articulação com o PDI aparece nos seis casos, mas com diferentes níveis de detalhamento. Há referência desenvolvida em Química Tecnológica e Ambiental, necessidade de maior objetividade no PROFNIT, vinculação declarada em Ensino e ProfEPT, lacuna no item específico de Ciência e Tecnologia de Alimentos e descrição ampla com baixa operacionalização no programa Bionorte.

A leitura crítica de Tauchen et al. (2025) ajuda a problematizar a finalidade dessa articulação. Um plano pode reproduzir a organização da ficha e ainda oferecer poucos elementos para orientar decisões próprias. A correspondência formal constitui uma referência de análise, mas precisa ser relacionada à capacidade de compreender a realidade do programa e sustentar encaminhamentos. Essa distinção é especialmente pertinente quando o registro descreve o que deve ser informado sem apresentar metas ou ações operacionalizadas.

Em síntese, a matriz evidencia como potencialidades o reconhecimento da autoavaliação, a previsão de participação, ciclos e devolutivas em parte dos casos e a referência ao uso de resultados na gestão. As lacunas concentram-se na explicitação dos procedimentos e da ligação entre diagnósticos, metas, indicadores e decisões. A contribuição institucional da PROPES pode consistir em apoiar essa explicitação por meio do diálogo com as coordenações, preservando a diversidade dos programas e utilizando a matriz como instrumento formativo de acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou como a autoavaliação é contemplada nos planos estratégicos de seis programas de pós-graduação do IFMT, a partir dos registros sistematizados na matriz

ISSN: 2358-8829

institucional e de sua articulação com os critérios das respectivas fichas da CAPES. Os achados evidenciam sua presença nos seis casos, com diferenças na descrição de participantes, procedimentos, periodicidade, metas, indicadores e utilização dos resultados (IFMT, 2026).

A previsão documental não assume uma forma única. Alguns registros explicitam ciclos anuais, devolutivas e planos de melhoria; outros destacam atualização de instrumentos, participação e acompanhamento de metas; há, ainda, orientações descritivas que não se desdobram suficientemente em compromissos operacionais. As configurações de exigência formal, procedimento pontual e processo contínuo contribuem para interpretar essas diferenças, sem constituir uma classificação rígida dos programas.

A principal lacuna transversal refere-se à possibilidade de acompanhar a relação entre o conhecimento produzido pela autoavaliação e os encaminhamentos do planejamento. Essa constatação não equivale a afirmar ausência de utilização dos resultados: a matriz registra essa intenção em diferentes casos, mas nem sempre explicita os instrumentos para documentar e acompanhar sua realização.

A distinção entre planejamento estratégico e plano estratégico permite compreender o alcance da análise. O plano formaliza compromissos; o planejamento envolve sua discussão, execução e revisão. A autoavaliação pode contribuir para esse movimento quando seus resultados são apropriados pela comunidade acadêmica e considerados nas decisões, articulando formação, produção de conhecimento e compromisso social.

Como contribuição institucional, o estudo aponta a pertinência de tornar explícitos os vínculos entre diagnósticos, objetivos, metas, ações e indicadores, com responsabilidades e mecanismos de acompanhamento. As recomendações registradas na matriz podem subsidiar esse aperfeiçoamento, desde que não sejam confundidas com práticas já implantadas ou convertidas em exigências uniformes para áreas distintas.

No ciclo 2025-2028, a aproximação com as fichas da CAPES não implica reproduzir indistintamente seus campos. Implica traduzir os critérios de cada área em planejamento situado, com registros que permitam reconhecer a identidade do programa, acompanhar prioridades e fundamentar decisões.

Os resultados estão limitados à sistematização documental disponível e não comprovam execução, efetividade ou correspondência integral com os documentos de origem. A conferência posterior dos planos e das versões das fichas poderá aprofundar a análise, enquanto o acompanhamento dos ciclos avaliativos permitirá investigar como os encaminhamentos são realizados. Dentro desses limites, a pesquisa contribui para discutir a autoavaliação como mecanismo de fortalecimento da cultura avaliativa e da gestão da pós-graduação no IFMT,

instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando suas especificidades institucionais.

Palavras-chave: Pós-graduação, Plano estratégico, Autoavaliação institucional, Avaliação CAPES, Gestão acadêmica.

REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Autoavaliação dos programas de pós-graduação CAPES**: proposta para discussão. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06032019-relatorio-final-autoavaliacao-pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documentos do novo ciclo avaliativo 2025–2028**. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028. Acesso em: 27 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPES). **Análise do planejamento estratégico.** Cuiabá, MT: IFMT, 2026. Documento interno.

LEITE, Denise; VERHINE, Robert; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 339–353, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200006.

MAGALHÃES, Luciano Santos; SOUZA, Mariluce Paes de. Metodologia planeação estratégica e comunicativa: tecnologia social para o planejamento de programas de pós-graduação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 84-100, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395169882.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador; POLETTO, Patrícia Rios; UCHÔA-FIGUEIREDO, Lúcia da Rocha; LOPES, Káthia Ferraro; MAZZAIA, Maria Cristina. Autoavaliação como estratégia de planejamento em um programa de pós-graduação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 29, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id272994

TAUCHEN, Gionara; BORGES, Daniele Simões; BRICEÑO, Juan Carlos Teran; SCHNEIDER, Renata Belmudes. Planejamento estratégico e autoavaliação da pós-graduação: autorregulação e/ou re-regulações performativas? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, 2025. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24606.037.